

Medo, adoração e encantamento na política de juventude brasileira¹

Fear, adoration and enchantment in brazilian youth policy

Marcílio Dantas Brandão*

*. Bacharel em Ciências Sociais (UFC), mestre e doutor em Ciências Sociais (EHESS), doutor em Sociologia (UFPE), com pós-doutorado na mesma área pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UECE e pesquisador do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LabVida-UECE). marcilio.brandao@gmail.com

Resumo: Recuperando minha própria trajetória de colaboração em desenvolvimento, implementação e análise de diferentes políticas envolvendo jovens, este texto discorre sobre uma concepção pragmatista de política pública que não se restringe a ações de Estado. Inicialmente, apresento diferentes

1. Agradeço a oportunidade de discutir uma versão preliminar deste texto no âmbito do seminário “Vidas Negras: diálogos sobre ações governamentais de enfrentamento à violência contra as juventudes”, realizado pela ONU Brasil em parceria com a Frente Nacional de Prefeitos, na cidade de Recife-PE, em novembro de 2018. Na ocasião, pude contar com a interlocução de Mônica Oliveira (então colaboradora da FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) e Camila Barros (então Secretária Executiva de Juventude da Prefeitura da Cidade do Recife), com quem dividi uma mesa intitulada “Racismo, Direito ao Território e Políticas Públicas de Juventude”. Também registro o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa (Funcap) que durante o período de escrita deste texto me asseguraram as condições necessárias para a realização de estágio pós-doutoral junto à Universidade Estadual do Ceará (Uece).

iniciativas que acompanhei como educador, gestor ou pesquisador. Desta apresentação e de uma breve reflexão teórica, filosófica e lexical, extraio a discussão de três emoções coletivas que afetam políticas de juventude no Brasil: medo, adoração e encantamento. Em seguida, aponto alguns avanços e desafios dessas políticas e, à guisa de conclusão, destaco a necessidade de integração de diferentes saberes e emoções no ciclo das políticas públicas de juventude.

Palavras-chave: Políticas de Juventude; Brasil; Medo; Adoração; Encantamento.

Abstract: Recovering my own history of collaboration in the development, implementation and analysis of different policies involving young people, this text discusses a pragmatist conception of public policy that is not restricted to state actions. Initially, I present different initiatives that I followed as an educator, manager or researcher. From this presentation and from a brief theoretical, philosophical and lexical reflection, I draw the discussion of three collective emotions that affect youth policies in Brazil: fear, adoration and enchantment. Then, I point out some advances and challenges of these policies and, by way of conclusion, I highlight the need for integration of different knowledges and emotions in the cycle of youth public policies.

Keywords: Youth policies; Brazil; Fear; Adoration; Enchantment.

Introdução

Retomando uma certa perspectiva da obra de Spinoza e de John Dewey, este texto relembra que a experiência humana carrega uma dimensão afetiva e afectante que põe sentimentos e emoções em relação com aquilo que pensamos acerca do que experienciamos. Isto que se passa individualmente, pode igualmente se processar em nível coletivo a ponto de mobilizar – de modo sentipensante – o desenvolvimento de estratégias de ação do tipo que denominamos de “políticas públicas”. Tomando esta complementaridade de aspectos racionais e emotivos como uma perspectiva investigativa, este texto discute algumas afetações das políticas de juventude pelas difusas emoções coletivas de medo, adoração e encantamento.

O trabalho focaliza o período “chamado de ciclo de políticas públicas de juventude no Brasil, que se inicia por volta do ano de 2005 e é interrompido em 2015, no âmbito do processo de impeachment da presidenta eleita [Dilma Rousseff]” (RIBEIRO; MACEDO, 2018, p. 108). No início deste período, encerrei minha vivência do que é legalmente considerado juventude no Brasil, mas não deixei de atuar profissionalmente em relação a este segmento populacional; assim, inicio o texto com a descrição de algumas de minhas próprias experiências de trabalho em ações que pretendiam beneficiar jovens. Não faço esta narrativa pessoal por obsessão egóica, mas porque ela é um ponto de apoio importante do argumento que sustento de que uma “sociologia sentipensante” começou a aparecer na minha trajetória antes que eu tivesse contato com a literatura sobre o tema (FALS-BORDA, 2008) e suas aplicações nas artes (BARBOSA, 2019) e na pedagogia (BARBOSA, 2014).

Estruturado em quatro tópicos além desta introdução, o texto aborda a trajetória do autor, a concepção do que são “políticas públicas” e o debate conceitual sobre as emoções. Em conclusão, reconheço que as emoções e experiências enfocadas estão longe de representar o conjunto de fatores relevantes para a concepção, execução e análise das políticas de juventude no Brasil, mas são suficientes para demonstrar que não apenas aspectos racionais competem na conformação destas políticas. Deste modo, argumento que tanto saberes, interesses e técnicas quanto emoções precisam ser integrados nos processos de reflexão acerca do tema em questão.

1. Trajetória pessoal

Desde o início dos anos 1990, venho lidando com jovens de diferentes formas. Primeiro, vale dizer que foi nesta época que entrei na vivência do que hoje é legalmente considerado como sendo a fase da vida que denominamos juventude, conforme o Estatuto da Juventude, que define como “jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos” (BRASIL, 2013, ONLINE). Nesta época, iniciei uma trajetória de ativismo social por meio da participação no movimento estudantil secundarista e universitário.

No começo da década seguinte, formado técnico em agropecuária e cientista social, fui trabalhar no Programa de Educação para a Autonomia, de uma

organização da sociedade civil focada em promover ações de convivência com o semiárido. Ali, meu objetivo profissional consistia na integração de conhecimentos que acumulara na formação técnica e no estudo das ciências sociais e, assim, participei da implementação de dois projetos principais, sendo um voltado à discussão e difusão de estratégias de permanência de jovens no semiárido (“Escola de Desenvolvimento Local”, projeto sediado no sertão do Ceará, no município de Santana do Acaraú) e outro dedicado ao incremento do associativismo entre agroextrativistas de cera de carnaúba (na costa oeste do mesmo estado).

Apesar de alcançar um relativo sucesso, os tempos de meu trabalho naquela organização, que se chamava Instituto Sertão, eram tempos difíceis para as organizações não-governamentais brasileiras. Tratava-se de um momento em que a esquerda partidária emergira na administração nacional e, como um efeito adverso desta mudança, escasseavam-se os subsídios internacionais para a ação social no Brasil, então considerado um país emergente (BONFIM, 2015). Com isto, nós não tardamos a experimentar dificuldades financeiras para o desenvolvimento das ações daquela organização e – pressionado pelas dificuldades – aceitei o desafio de migrar para Recife em 2004 e colaborar em um projeto internacional que visava ao desenvolvimento de estratégias de continuidade de iniciativas sociais juvenis.

Meu novo engajamento profissional era implementado a partir do escritório brasileiro da organização britânica *The Save the Children Fund UK*, com recursos oriundos principalmente da fundação norte-americana W. K. Kellogg. Sob o título de Projeto Redes & Juventudes, este trabalho consistia no acompanhamento, integração e apoio a pouco mais de vinte grupos e organizações juvenis atuantes no Norte e Nordeste do Brasil. A iniciativa também integrava ONGs, prefeituras e consórcios intermunicipais que desenvolviam atividades correlatas aos interesses do Projeto que fora criado no início dos anos 2000 com o objetivo de consolidar uma rede de articulação entre todos os projetos financiados pela Fundação Kellogg na região com foco em jovens. No âmbito do Redes & Juventudes, ampliei meu raio de atuação e busca de conhecimentos sobre experiências de trabalho com juventude; passei a circular com frequência em um roteiro que se estendia do sul da Bahia ao norte do Maranhão, mas também incluía atividades no estado do Pará, no Rio de Janeiro e em São

Paulo. Ali, colaborei com iniciativas de diversas outras organizações da sociedade civil e de governos.

Nos anos seguintes, realizei trabalhos junto a organizações cristãs (como a Cáritas) e laicas (como Gajop, Fase, Etapas, Ibase, Instituto Pólis e a agência canadense IRDC). Em Recife, iniciei minha colaboração profissional com governos. Neste âmbito, trabalhei inicialmente para o governo estadual de Pernambuco, logo após a eleição de Eduardo Campos, em 2006. Particpei do grupo consultivo do primeiro órgão criado neste Estado para se ocupar diretamente de problemas envolvendo jovens, a Secretaria Especial de Juventude e Emprego, onde contribuí no planejamento estratégico, fui responsável pela pesquisa do “Projeto Dialogando: o governo do estado ouvindo os jovens de Pernambuco” e colaborei na elaboração do Plano Estadual de Juventude 2008-2018 (PERNAMBUCO, 2008).

Em paralelo ao trabalho com o Governo de Pernambuco, participei de muitas discussões de concepção do Pronasci (PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA), iniciativa do Governo Federal que buscava alterar as perspectivas de ação policial e segurança pública no país e estava socialmente focada em mulheres e jovens. Este engajamento me levou a migrar para Brasília em 2008, onde assumi um posto de consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Ministério da Justiça, responsável pelo referido Programa.

As dificuldades de implementação do Plano Estadual de Juventude, em Pernambuco, bem como os impasses administrativos e as resistências de alguns operadores de polícia em relação ao Pronasci foram, metaforicamente, a gota que faltava no copo de meus interesses de mudança pessoal. Com este copo transbordando, consegui aprovação em um programa de bolsas de estudo e intercâmbio sociocultural desenvolvido por Laspau (um órgão de apoio estudantil, afiliado à Universidade de Harvard). Isto me deu a oportunidade de escolher qualquer país não-lusófono para realizar um mestrado. Assim, parti para a França em 2009 como mestrando em sociologia da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS, PARIS). No âmbito deste mestrado, objectivei cientificamente uma reflexão sobre a implantação da política estadual de juventude em Pernambuco e cheguei a conclusões que sintetizei em termos

de medo, fetiche e espetacularização (BRANDÃO, 2011 e 2016). Deste modo, o estudo da implementação de políticas de juventude no Brasil me fez atentar para o lugar de destaque de uma emoção fundamental nessa história: o medo.

2. Política pública em perspectiva pragmatista

Antes de avançar na reflexão sobre o medo, a adoração e o encantamento que afetam os processos de concepção, execução e análise das políticas que enfoco, é importante ressaltar a compreensão que professo do que vem a ser “política pública”.

Em princípio, vale dizer que subscrevo o caráter polissêmico da noção de políticas públicas e, conforme Souza (2006, p. 24), também considero que

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Porém, ao dizer que observo a questão sob a perspectiva pragmatista, tomo um ponto de investigação um tanto heterodoxo na contemporaneidade e retomo a definição de público cunhada e difundida pelo filósofo estadunidense John Dewey.

Segundo Dewey (1927), a distinção entre público e privado não é sinônimo de diferença entre individual e coletivo ou social. O público, nesta perspectiva, não se confunde com nenhuma definição de Estado e tampouco se restringe a noções como as de “audiência”, “plateia” ou “espectador”. O critério decisivo para conceituação do público, no pragmatismo de Dewey, não é fixado por princípios ontológicos, legais ou governamentais, mas se configura em meio às circunstâncias em que se processam as experiências humanas. Para

este autor, um aspecto da realidade é considerado público quando gera consequências para pessoas que não estão diretamente envolvidas.

Assim, as políticas que denomino públicas podem ser compreendidas como parte de um universo muito mais amplo do que as ações de governo ou de Estado. Deste modo, as políticas públicas são ainda mais do que o “Estado em movimento”, como definiram Serafim e Dias (2012, p. 125). Na perspectiva pragmatista, portanto, as políticas que adjetivamos como “públicas” são o resultado da definição de estratégias de ação (ou inação) de Estado e sociedade.

Sob esta concepção, tenho investigado tanto ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil (especialmente ONGs e fundações empresariais) quanto iniciativas implementadas por organismos estatais (nacionais e de cooperação internacional). Não investiguei todo tipo de ação de Estado e sociedade, mas apenas uma parte daquelas que, de algum modo, afirmam sua pretensão de gerar benefícios ao público jovem, mesmo que este não seja diretamente envolvido em sua concepção, execução e análise. Estas políticas que, de modo genérico, denominamos “de juventude”, são também políticas “com” e “para” jovens – o que já foi vastamente discutido por autores, como Castro e Abramovay (2002), Novaes (2007) e Tommasi (2004), por exemplo.

Depois de alguns anos de estudo na França, retornei ao Brasil em 2013 e firmei uma co-tutela internacional entre a EHESS-Paris e a Universidade Federal de Pernambuco. No quadro deste acordo internacional, desenvolvi meus estudos de doutorado sobre as condições de emergência e continuidade de um novíssimo movimento social que é a Marcha da Maconha. Isto que, para muitos, pareceu uma mudança de direção em minha trajetória de pesquisa, era – na verdade – um aprofundamento da investigação de como e por que jovens se mobilizam, posto que a grande maioria das pessoas envolvidas com esta Marcha eram jovens. A longa etnografia que desenvolvi acerca deste movimento social (BRANDÃO, 2017) me fez perceber o lugar de outra emoção na reversão do estigma relativo a uma substância: a dor. Alguns sintomas e incômodos decorrentes de diferentes enfermidades originam dores em pacientes que buscam se cuidar com produtos derivados de maconha; isto tem sido um dos principais recursos para alterar a percepção sobre o tema no Brasil e,

por isso, diversas formas de manifestação da dor têm sido empregadas como estratégias para promover um novo ciclo de interesses em relação a esta droga no país (BRANDÃO, 2014).

Em paralelo ao doutorado, voltei a desempenhar papel profissional na gestão de políticas públicas, passando a ocupar, ao final de 2013, a superintendência de juventude, políticas sobre drogas e direitos humanos do segundo maior município pernambucano, Jaboatão dos Guararapes. Mais uma vez em parceria com uma ONG e com o Ministério da Justiça, participei de um importante esforço de sistematização de conhecimentos sobre transações com drogas nesta região, o que está expresso em Brandão e Bonfim (2017).

Findo o trabalho em Jaboatão e o doutorado em sociologia, assumi um posto de gestor de juventude na Prefeitura da Cidade do Recife, no qual passei poucos meses antes de iniciar minha atuação como professor universitário ainda em 2017. Em que pese a curta duração do vínculo com esta Prefeitura, foi aí que me vi novamente reunido a colegas com quem vinha discutindo há mais de uma década as políticas de juventude e as estratégias de geri-las. Voltamos a debater e experimentar a articulação intersetorial (no interior da administração pública) e a integração com iniciativas da sociedade civil como sendo as duas principais diretrizes de gestão das políticas públicas de juventude; neste contexto, restauramos na capital pernambucana o Comitê Intersetorial de Juventude (DECRETO MUNICIPAL 30.479/2017, DE 26 DE MAIO DE 2017), bem como intensificamos a relação da Prefeitura com o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Juventude. Também retomamos o debate que havíamos lançado ainda em 2013, a partir do Diagnóstico do Programa Estadual Casas das Juventudes (do Governo de Pernambuco), no qual propusemos dois macro vetores para a ação pública visando a gerar benefícios para pessoas jovens: as “políticas de transição para a vida adulta” e as “políticas de vivência juvenil” (BRANDÃO, BONFIM, 2013). Em 2016, quando da aprovação do Plano Municipal de Juventude do Recife, estes vetores foram os elementos aglutinadores dos onze eixos de ação definidos pela administração municipal (RECIFE, 2016). Alguns dos primeiros eixos das políticas de vivência juvenil deste Plano refletem a importância do que ouvíamos dos próprios jovens em

nossas missões profissionais; eles reafirmavam frequentemente que não bastava aos governos ofertar as políticas clássicas de educação, trabalho, saúde e segurança, mas era preciso também atentar para suas particularidades e desejos. Deste modo, a diversidade sexual, a produção e fruição de bens culturais, os esportes e os lazeres, assim como a comunicação, marcavam seu espaço entre as demandas prioritárias da juventude com que eu lidava e, tudo isso, ligava-se a sentimentos e emoções fortes no seio deste público.

O acúmulo de minhas experiências ia consolidando a compreensão de que jovens não são somente o futuro do país, mas são também uma parcela importante do presente. Com isto, pude constatar que, para atingir algum nível de satisfação de anseios juvenis por parte do Estado e da sociedade, não basta preparar jovens para o que está por vir do ponto de vista das necessidades materiais, mas também é imprescindível respeito e atenção ao que lhes afeta no tempo em que são jovens. As políticas relacionadas a este segmento populacional precisam então se dirigir a estes dois distintos e complementares eixos de ação.

3. Emoções (i)mobilizadoras

Pelo exposto até aqui, espero já ter demonstrado que meu trabalho inicial de educador no sertão e litoral cearense, seguido de minhas experiências profissionais na administração pública e na pesquisa científica me impulsionaram a perceber que há uma dimensão emocional tão importante quanto qualquer técnica que venhamos a empregar na implementação de ações que visam a mudanças sociais.

Nos primórdios da minha atuação educativa no Ceará, compreendi que as técnicas de convivência com o semiárido e as estratégias associativistas para fortalecimento do potencial empreendedor dos agroextrativistas da canaúba só eram efetivamente praticadas por nossos interlocutores quando eles se emocionavam com aquilo, fosse pela habilidade ou afeto de algum educador ou extensionista, fosse pela satisfação da descoberta de resultados positivos entre aqueles que adotavam as práticas que difundíamos por meio do Instituto Sertão. Para atingirmos os impactos que pretendíamos, não bastava apenas

que estes interlocutores nos ouvissem e entendessem, mas era também preciso que eles sentissem que algumas mudanças poderiam gerar melhorias em suas vidas. De certo modo, esta experiência fazia com que uma espécie de “sociologia sentipensante” se apresentasse na minha trajetória antes que eu tivesse contato com o primeiro de seus sistematizadores, que foi Orlando Fals-Borda, para quem a humanidade sempre age tanto com a cabeça quanto com o coração (FALS-BORDA, 2008).

A experiência, mais que a literatura, ensinava-me sobre a redundância de associar palavras como emoção e mobilização para mudanças. Retomando a etimologia do termo “emoção” a partir do Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, encontrei sua origem francesa². Em seguida, investigando o termo correspondente (“émotion”) no Centro Nacional de Recursos Textuais e Lexicais da França, identifiquei na segunda entrada etimológica uma origem derivada de “émouvoir” (um termo medieval, em desuso, que pode ser traduzido como “emover”), cuja adaptação ao francês moderno teria dividido em noções que perduram até o presente: “*motion*” (“moção”) e “*mouvement*” (“movimento”)³. Assim, fui me dando conta, a partir de experiências de trabalho e pesquisa, que as emoções estão diretamente associadas à ideia de movimento e, conseqüentemente, ação. Deste modo, tenho reforçado minhas hipóteses de que não é possível agir em busca de mudanças sem se emocionar.

Não contente com minha “descoberta” da etimologia do termo, passei a buscar referências teóricas e analíticas que pudessem me ajudar a refletir sobre a relevância das emoções para a ação. Encontrei postulados simultaneamente objetivos e situados das emoções humanas como uma chave interpretativa potente para essa busca reflexiva, a saber: uma vertente contemporânea da sociologia francesa bastante influenciada pela mencionada filosofia pragmatista, onde as emoções importam não apenas pela possibilidade de controlá-las, manejá-las e gerenciá-las, mas também por sua dimensão produtiva, como ressalta Louis Quéré (2012) que tem insistido no fato de que as emoções

2. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/emoção>>. Acesso em 11 de nov. 2018.

3. Disponível em: <<http://cnrtl.fr/etymologie/émotion>>. Acesso em 11 de nov. 2018.

competem para a formação do conhecimento e para as tomadas de decisão sobre agir ou não agir. O trabalho de Quéré polariza com os enfoques sociológicos de controle das emoções e dialoga bastante com seus conterrâneos Pierre Livet (2002) e Christophe Traïni (2009).

A natureza objetiva do pensamento pragmatista emerge na teoria deweyana das emoções apresentada por Quéré (2012), servindo de base para a crítica de qualquer argumentação exclusivamente subjetiva e apoiando um raciocínio em que a emoção não tem uma natureza própria, mas está diretamente ligada à situação e seus “referentes objetivos”. Não é possível separar uma emoção do seu objeto nem da situação que a suscita. Assim, percebe-se que as emoções têm uma natureza objetiva que se estabelece não apenas devido ao sujeito, mas também em função de seu ambiente situacional. Quéré (2012) destaca o uso por Dewey do termo “função” que, na sua acepção matemática, não implica causalidade, mas estabelece relação entre elementos de conjuntos distintos. Um elevador enguiçado, por exemplo, é apenas um aspecto relacionado com as emoções que têm lugar em uma situação como a de um elevador que falha com alguém dentro dele. Mas dizer que determinados fatores são “apenas relacionados” não quer dizer que eles não tenham importância.

Para Dewey, segundo Quéré (2012, p. 146), “a emoção é mais suscitada pelo caráter ‘problemático’ de uma situação: ela é uma resposta ao incerto, ao duvidoso, ao precário e ao ambíguo [...]. Ela tanto pode paralisar quanto energizar para a ação em busca de soluções”. A indeterminação de uma situação é, portanto, algo particularmente capaz de suscitar emoção, atenção, raciocínio, buscas, descobertas, decisões etc. A relação de aspectos tão distintos é determinante para agir ou não agir.

Apesar de não podermos fazer uma transposição simples e direta dessa teoria de relevância emocional da ação individual e grupal para um outro campo de ação, que é o das políticas públicas, considero que todas as políticas são planejadas e implementadas por indivíduos e grupos que espelham em suas ações individuais e coletivas aquilo que pensam e sentem sobre estas ações. Deste modo, busco resgatar a associação de dois aspectos que foram muito distanciados na modernidade para compreender como têm se desenvolvido as

políticas de juventude no Brasil. Estes aspectos são a razão e o conjunto das emoções. As lógicas operacionais que subjazem em trabalhos inspirados por muitas vertentes racionalistas e marxistas nas ciências ofuscam a dimensão emotiva da ação humana, reservando-lhe a enfoques exclusivamente subjetivistas. Contudo, na prática, é possível perceber que as pessoas são movidas ou paralisadas por muitas coisas, inclusive emoções. A histórica separação das emoções em relação à lógica argumentativo-dedutiva atribuída à razão e ao pensamento científico é um entrave para a busca da compreensão de como as políticas públicas operam.

Espinosa é provavelmente o primeiro a registrar, ainda no séc. XVII, a relação entre a relevância emocional e o desenvolvimento da política, de modo geral. A relevância é tão profunda que leva estudiosos de sua obra a afirmar, como Marilena Chauí, que “O Estado não é resultado da ação racional dos homens, mas dos choques de suas paixões” (CHAUÍ, 1979, p. XXII). William James (1884) também poderia ser uma via clássica para especificar o que estou tomando pelo termo “emoção” e de onde partem minhas referências para pensar na relevância para a vida política daquilo que é próprio ao conjunto das emoções. Porém, é numa matriz de reflexão mais próxima à contemporaneidade que vou buscar elementos para relatar um esforço recente de teorização sobre gradação e diferença de sentimentos, afetos e emoções.

Na perspectiva corrente e em várias reflexões filosóficas e científicas, os sentimentos são fenômenos individuais decorrentes da percepção que os seres humanos têm dos diversos estímulos sensoriais que sofrem (MEAD, 1938; POLSTER & POLSTER, 2001; LEDOUX, 2007).

As emoções, por outro lado, são respostas a situações objetivas, que podem ser compartilhadas por terceiros; concepção em que convergem autores de campos muito distintos, como o pragmatismo americano (JAMES, 1884; DEWEY, 1922), a neurociência de Damásio (2012 [1994]) e LeDoux (1996), bem como a psicologia comportamental de Goleman (2011 [1995]), por exemplo. No entanto, há divergências em um aspecto muito importante que é a duração; para psicólogos contemporâneos como Reeve (2006 [1991]), Bock, Furtado e Teixeira (1999 [1988]), os sentimentos seriam mais duradouros que as emoções; enquanto, para o clássico pragmatismo americano e a filosofia francesa

contemporânea, como explica Quéré (2012, p. 144), as emoções “se dividem em problemas emocionais e agitações (émois) (explosão de alegria, de cólera etc.) que são momentâneas/episódicas e atitudes emocionais duráveis que se manifestam por um certo tipo de conduta de longa duração (amor, fidelidade, vergonha, por exemplo)”.

Por fim, o tríptico dos sentimentos às emoções, ainda tem espaço para o que chamamos de “afetos”, algo compreensível pela via vygotskiana das ciências da educação que postulam a afetividade como sendo “unidade sgnica de emoções e sentimentos e [...] resposta às necessidades de superação do sujeito” (LIMA, 2015, p. 875). Remontando, mais uma vez a Spinoza, ainda é importante relembrar a diferença entre afeto e afecção em sua obra; o que, diga-se de passagem, é bastante ressaltado por Deleuze (2006). Os afetos, em toda a pluralidade da acepção que carrega na obra de Spinoza, “são as únicas coisas que modificam o pensar e o agir” (CASTRO, 2016, p. 61). Isto é fundamental na concepção de ser humano postulada por este filósofo que não separa o corpo da mente e não concebe a determinação de um pelo outro. Assim, o afeto é necessariamente relacional, põe em unidade relacional sentimentos e emoções, corpo e mente, pensamento e ação, mas também sujeitos e situações, como nos ensina a antropologia de Favret-Saada (2005 [1990]) ou o mesmo Spinoza, para quem “afetar e ser afetado são características comuns a tudo que existe” (CAVALCANTE, 2016, p. 78). Apoiando-nos em Marilena Chauí, lembramos ainda que a noção spinoseana de afecção é tomada como “Toda mudança, alteração, ou modificação de alguma coisa, seja produzida por ela mesma, seja causada por outra coisa” (CHAUÍ, 1995, p. 105).

Esta dimensão relacional afetiva ou afectante de emoções que não são apenas subjetivas, motivou-me a voltar ao tema da política de juventude sob um prisma que ainda me parece pouco abordado. Em que pese o fato de eu mesmo já ter estabelecido discussões acerca de uma das emoções relacionadas ao desenvolvimento de políticas de juventude (BRANDÃO, 2016), ainda me parece haver uma carência de estudos que lancem perspectivas mais amplas sobre o conjunto das emoções capazes de mobilizar ou deter a ação de sujeitos e instituições engajados no desenvolvimento, implementação e análise de políticas públicas.

Isto posto, espero ter demonstrado que, ao falar de sentimentos, afetos e emoções, não estou falando exatamente das mesmas coisas. Mas – sobretudo – espero ter evidenciado que eu não desenvolvo uma reflexão eivada por recursos de certos psicólogos que chegam a postular, como Goleman (2011 [1995], p. 57), a existência de dois cérebros nos seres humanos, sendo um emocional e outro racional. O que me interessa nesta comunicação são emoções duradouras e coletivas que afetam a política de juventude no Brasil. Estas emoções estão absolutamente integradas à razão humana e às situações objetivas que as suscitam. Assim, neste texto, parti do relato de minha trajetória pessoal, apresentei os enquadramentos teóricos das políticas públicas como algo que envolve mais do que agentes estatais e das emoções como parte do processo humano de decidir agir ou não agir, para, finalmente, enfocar três emoções que me parecem bastante presentes no desenvolvimento da política pública de juventude no Brasil. Tais emoções se denominam medo, adoração e encantamento.

3.1 Medo

A noção de jovens como “sujeitos de direitos” é a principal diretriz declarada na política nacional de juventude, conforme indica publicação lançada no final do ano 2006 pelo Conselho Nacional de Juventude (NOVAES; CARA; SILVA; PAPA, 2006). No entanto, o mais apropriado é falar que os jovens são sujeitos de direitos violados (BRANDÃO, 2012), como tantos outros segmentos sociais neste país (ZALUAR, 1997). Mas, talvez não seja por direitos nem por falta deles que o tema da juventude tenha chegado à agenda pública nacional, pois como sinalizou Abramo (1997, p. 29): “a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade”.

Se tomarmos afirmações frequentemente difundidas pela mídia com as diversas variações do adjetivo “científico”, como os trabalhos de Júlio Jacobo Waiselfisz, que, a partir dos anos 1990, coordenou diversas pesquisas que analisaram a violência no Brasil, poderemos perceber que os atos violentos que envolvem jovens como sujeitos ou vítimas foram e continuam sendo mediatizados como a simples e indiscutível prova do caráter violento destes indivíduos,

como demonstrou Freire Filho (2006). Além disso, maus resultados no âmbito escolar e a crise econômica que amplia as dificuldades de acesso e eleva desde 2013 a instabilidade da condição de jovens no mundo do trabalho (SANTOS; GIMENEZ, 2015) se aliam a fatores como inversão da pirâmide populacional (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016), fortes alterações nos regimes de convivência entre as diferentes fases da vida com idosos pobres se convertendo em “arrimos de família” (OLIVEIRA; SILVA; TEIXEIRA, 2013) e multiplicação de patologias de saúde entre pessoas jovens (BRASIL, 2017). Tudo isto atualiza a noção de transição para a vida adulta, que tem sido o princípio básico de desenvolvimento de políticas para jovens. A condição adulta perde progressivamente a estabilidade de suas características e, em paralelo, persegue cada vez mais a juventude (DEBERT, 2004).

Tratando especificamente das políticas desenvolvidas no âmbito do governo federal, afirmava-se no início da institucionalização da política nacional de juventude, como a antropóloga Regina Novaes, primeira Secretária Nacional Adjunta de Juventude, fez muitas vezes em discursos, entrevistas e publicações (a exemplo de NOVAES, 2006) que as políticas públicas desenvolvidas para este segmento deveriam enfrentar os principais medos dos jovens que, segundo ela, traduziam-se nas ideias de “medo de sobrar” e “medo de morrer”. Antes de Regina Novaes e antes mesmo da criação de instituições federais legalmente responsáveis pelas políticas de juventude, o Congresso Nacional em Relatório Preliminar da “Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude” publicou que

Juventude [...] é uma fase da vida marcada por certa instabilidade, quase sempre associada a determinados “problemas sociais”, como o problema da delinqüência juvenil, da carência social, das minorias étnicas e multiculturais... (BRASIL, 2004, p. 32)

Isto revela que não apenas os jovens tinham medo de sua própria condição no mundo contemporâneo, mas também a sociedade e o Estado nacional enfocavam esta fase da vida “quase sempre” pelo ângulo dos problemas que lhes são associados e causam diferentes medos. Desde o início do desenvolvimento deste tipo de política no âmbito do governo federal, o medo tem orientado

muitas iniciativas visando beneficiar jovens para que pudessem chegar à vida adulta com um bom “fim de estudos”, inserção no mercado de trabalho, instalação de vida conjugal e filhos, como bem discutiu Abramo (1997). Esta também foi a tônica dos processos de criação de políticas estaduais de juventude, como discutimos, por exemplo, no caso de Pernambuco (BRANDÃO, 2016) e de governos municipais, como apontaram Sposito, Silva e Souza (2006), Aquino (2009), Andrade e Paula (2013) ou Lyra (2019) em termos de “jovem como fonte e vítima de problemas” (SPOSITO, SILVA, SOUZA, 2006, p. 252). E, por fim, vale dizer que em iniciativas da sociedade civil também está marcado o binarismo maniqueísta que vê nos jovens apenas problemas ou soluções (TOMMASI, 2017, ONLINE).

Assim, parece-me bastante apropriado afirmar que o medo como estado situacional de perigo, real ou imaginário, está nas origens do desenvolvimento das políticas públicas de juventude no Brasil. Para falar como um poeta, poderíamos seguir Belchior (em sua canção intitulada “Pequeno Mapa do Tempo”) e afirmar que, a um só e mesmo tempo, o “medo está por fora” e “anda dentro do coração”. Trata-se de uma emoção individual e coletiva de caráter múltiplo que carrega uma dimensão material e exteriorizada em diferentes riscos que fazem temer os jovens e aos jovens, ao mesmo tempo em que habita a interioridade dos indivíduos que temem; sendo, portanto, tanto subjetiva quanto bastante objetiva e situada na realidade.

Em uma sociedade, como a ocidental, que tem uma longa história de cultivo do medo (DELUMEAU, 1978) e “tem medo que o medo acabe” (COUTO, 2011, ONLINE), não é um acaso que esta seja a emoção prioritariamente referida nos debates sobre as políticas públicas relacionadas a um segmento populacional ainda não plenamente integrado às normas do meio produtivo contemporâneo. Sob um contexto de incertezas crescentes (CASTEL, 2009), reversibilidade acentuada (PAIS, 2001) e garantias liquefeitas (BAUMAN, 2001 [1999]), podemos continuar a afirmar que vivemos num meio em que “tudo o que é sólido se desmancha no ar” (MARX, ENGELS, 1984 [1848], p. 18).

Também não foi por acaso que o medo começou a me inquietar e provocou minhas primeiras investigações sobre as relações entre emoções e políticas

de juventude (BRANDÃO, 2016). Esta é uma emoção que tem mais volume, densidade e extensão sensível no campo de ações envolvendo jovens, sendo portanto um recurso analítico e propositivo mais produtivo que qualquer outro na investigação da relevância afetivo-emocional das políticas de juventude. Ademais, esta é a origem de um provérbio popular bastante referido, como indicam as dissertações de Santos (2009) e Mendes (2008) que afirmam ter ouvido com frequência de pais de jovens que era preciso ocupá-los porque “mente vazia é oficina do diabo”. Assim, o medo do mal representado pelo diabo se revela também presente em diversos projetos sociais e comunitários de saúde, esporte e lazer que, para evitar o envolvimento das jovens gerações com o que há de ruim neste mundo, multiplica-lhes as ocupações dirigidas por quem não é jovem.

Deste modo, podemos afirmar que o medo tem sido a principal emoção a afetar o desenvolvimento de ações estatais e privadas que se dirigem às jovens gerações com o fito de conter o envolvimento de jovens com os mais diversos males.

3.2 Adoração

Em comparação ao medo, a adoração é uma afecção menos constante nas políticas de juventude. Em que pese este relativo demérito, a ideia de adoração à juventude (assim como o encantamento) atravessa importantes períodos da história ocidental, a exemplo do culto que Ihe dispensava a Grécia Antiga (VERNANT, 1996).

Para discutir como isto afeta o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas ao segmento populacional em questão, parece-me importante apresentar uma precisão lexical desta palavra que, em seu sentido religioso, remonta à ideia de “Culto que se presta a alguém ou a alguma coisa a que se atribui status de divindade”, conforme se depreende da segunda acepção do termo no Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis⁴.

Alvo de controvérsias na tradição cristã, a adoração em muitos ofícios

4. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/adoracao>>. Acesso em 11 de nov. 2018.

litúrgicos se faz diante de imagens que representam a divindade. Isto para diversos analistas das escrituras bíblicas contradiz algumas diretrizes do livro sagrado do cristianismo, a exemplo do que afirma o livro do Êxodo em seus versículos 4 e 5 do capítulo 20:

Não deves fazer para ti imagem esculpida, nem semelhança de algo que há nos céus acima, ou do que há na terra abaixo, ou do que há nas águas sob a terra. Não te deves curvar diante delas, nem ser induzido a servi-las, porque eu, Jeová, teu Deus, sou um Deus que exige devoção exclusiva.

Este preâmbulo em relação à Antiguidade Clássica e à Bíblia não tem a intenção de postular uma adoração religiosa à juventude contemporânea, mas – por analogia – reconheço uma certa idolatria atual a características comuns desta fase da vida, a exemplo da plenitude das capacidades físicas, da força e da disposição para experimentar e inventar novas formas de agir. Tais características fazem da juventude na contemporaneidade um valor que, conforme aponta Debert (2004), tem se tornado um elemento central do consumismo contemporâneo. A partir da admiração de características como essas, parece-me apropriado relacionar a ideia de protagonismo juvenil à noção de adoração de um segmento populacional específico que é a juventude. Esta perspectiva do jovem como protagonista, por diferentes meios, transfere responsabilidades de vários setores da sociedade e do Estado para os jovens, pois representa a assunção pelas próprias pessoas jovens de tarefas que historicamente têm cabido a outros. Utilizando as palavras de uma colega que dedicou seus estudos doutorais ao tema, podemos dizer que

O protagonismo juvenil, portanto, é um discurso de adultos, produzido e compartilhado pelos organismos internacionais, órgãos governamentais, ONGs, empresários e educadores, ou seja, pelos adultos que se dedicam à integração da juventude, considerada objeto de intervenções. *O jovem protagonista* é objeto e não sujeito de políticas e medidas governamentais e não governamentais. [...] *o protagonismo juvenil* é um simulacro, visto que o jovem do discurso não é sujeito. (SOUZA, 2008, p. 16-17, itálico no original)

A noção de protagonismo juvenil se consolidou a partir do trabalho de um respeitado educador brasileiro, que acumula experiências pedagógicas com jovens no sistema socioeducativo (que chegou a dirigir no estado de Minas Gerais), colaboração em diferentes prefeituras, secretarias de Estado e organismos internacionais (como UNICEF e OIT), Antonio Carlos Gomes da Costa. Além de todas as colaborações citadas, Costa também atuou em muitas fundações empresariais, como Abrinq, Odebrecht e Instituto Ayrton Senna. E, principalmente a partir de uma delas, a Fundação Odebrecht, passou a difundir seu manual de protagonismo juvenil (COSTA, 1996), publicado e reeditado em sucessivas oportunidades pela referida Fundação.

O discurso do protagonismo juvenil não apenas inverte a lógica de pensar e agir em relação às pessoas jovens como se elas fossem o problema social ou, pelo menos, parte importante deste problema, como afirma Tommasi (2014, p. 297). O mais grave deste discurso é que, além de inverter a ordem e colocar o jovem como solução ou parte importante da solução de diversos problemas sociais, o protagonismo juvenil representa uma responsabilização direta e exclusiva do próprio jovem pelo seu sucesso, pois postula que

jovem, que aprendeu a aprender e continua aprendendo ao longo de toda a vida [...], que assume para si a responsabilidade constante de encontrar trabalho [...], que muda com frequência os rumos de sua carreira e adapta-se a situações diversas, consegue manter-se inserido [...]. (SOUZA, 2008, p. 29, itálico no original)

Nesta perspectiva, não são mais a família, o Estado e o trabalho que contracenam em papéis de destaque no palco da transição para a vida adulta, mas aos jovens – a eles mesmos – é transferido o papel principal no enredo da história de se tornar adulto.

O protagonismo juvenil se consolidou no início dos anos 2000 como método de trabalho com adolescentes e jovens no Brasil. Neste método se estabeleceu uma sistemática educativa que segue os quatro pilares da educação, tal como sistematizados pelo ex-presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, em seu “Relatório para a Unesco da Comissão Internacional

sobre Educação para o Século XXI” (DELORS, 1998 [1996]). Além de Costa, a Fundação Odebrecht publicou Serrão e Baleeiro (1999) com uma proposta ainda mais didática do que fazer para garantir o pretendido protagonismo. Como se depreende das referidas publicações com o selo da Odebrecht, para os jovens se tornarem protagonistas é preciso muito aprendizado, pois demanda-se aprender a “ser” (fortalecimento da identidade individual e das competências pessoais dos jovens), a “conviver” (desenvolvimento de competências sociais, relacionais), a “fazer” (aprendizado técnico-produtivo) e, sobretudo, a “aprender”. Sendo esta última demanda de aprendizagem praticada por toda a vida, em plena conformidade com o relatório de Delors (1998 [1996]) que pressupõe que o jovem deve continuar sempre aprendendo.

Este modelo de transferência de responsabilidades para os jovens prosperou bastante nas políticas dirigidas a este segmento. Integrando uma dimensão de falsete de poder, materializada na ideia de simulacro, já referida a partir de Souza (2008), esta estratégia foi muito além das fundações empresarias e organismos internacionais já mencionados. No início do séc. XXI era bastante comum encontrar as referidas “bíblias” do protagonismo juvenil nas bibliotecas e práticas de muitas ONGs brasileiras. O Estado nacional também “comprou” a ideia, levando, por exemplo, o então Ministro da Educação a prefaciá-la em primeira edição em português da referida obra de Delors (1998 [1996]) e, mais tarde, incorporando o ideário do protagonismo juvenil à sua programação nas áreas de saúde (BRASIL, 2001), educação (SILVA, 2009) e, principalmente, assistência social, com o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (TOMMASI, 2017). Do mesmo modo, o discurso prosperava em diversas Unidades da Federação e municípios, além de órgãos de outros poderes públicos, como o Legislativo que insiste no simulacro do protagonismo por meio da multiplicação dos chamados “Parlamentos Jovens” que, na prática, não legislam sobre absolutamente nada.

Assim, esta estratégia afetada pela legítima adoração dos sistematizadores iniciais do protagonismo juvenil se difundiu transferindo responsabilidades aos jovens, mas não ampliando seus poderes. No desenvolvimento deste culto à juventude no âmbito das políticas públicas, assistimos também à multiplicação de órgãos gestores destas políticas em todos os níveis da federação brasileira

(RIBEIRO; MACEDO, 2018; PINHEIRO; RIBEIRO; VENTURI; NOVAES, 2016). Porém, como já apontava Sposito (2007) em estudo pioneiro – desenvolvido entre 2003 e 2006 – sobre as políticas públicas de juventude no Brasil, continuamos com poucos diagnósticos da efetividade da atuação destes órgãos no país.

Voltando à metáfora religiosa, podemos afirmar que o protagonismo juvenil representa mais um culto à simbologia da divindade (do vigor e da plenitude humanas) do que à divindade propriamente dita. Sendo o símbolo incorporado na juventude e a materialização divina difundida entre aquilo e aqueles que efetivamente afetam a vida de jovens e não-jovens. Talvez estejamos adorando imagens porque simplesmente não conheçamos os deuses que afetam este mundo contemporâneo tão fluído e complexo.

3.3 Encantamento

Assim como na tematização da adoração, considero importante iniciar o tópico sobre o encantamento com uma precisão lexical que o aponta como “Estado de quem se deslumbra como reação a algo de bom que se vê, ouve ou sente”⁵.

Explicitamente vinculado aos domínios da magia e da religião, o termo tem larga entrada nas ciências sociais a partir das análises de Weber sobre o avanço do ascetismo que permitiu a secularização da sociedade ocidental, o desenvolvimento da burocracia e os fundamentos da era moderna (PIERUCCI, 2003). Este processo abala a perspectiva transcendental pela retração da repercussão do poder explicativo da religião; avançando de par com a consolidação de um novo padrão analítico calcado nos termos da ciência, a secularização moderna desencantou o mundo ocidental letrado. No entanto, abundam mistérios e encantamentos jamais abalados pela ciência e, progressivamente, tem-se reconhecido a complementaridade de diferentes formas de compreender a existência, algumas das quais permanecem afeitas aos sedutores feitiços do questionamento sobre a hierarquia explicativa estabelecida pela lógica racional-dedutiva. Em outras palavras, podemos dizer que está em curso um

5. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/encantamento>>. Acesso em 11 de nov. 2018.

re-encantamento da natureza (RUSSO; PONCIANO, 2002) que abala a hierarquia dos seres existentes, atribuindo ao ser humano um lugar comum em meio aos elementos naturais ou, para dizer como Latour (2006), integra-nos como apenas mais um dos agentes no meio social.

Por outro lado, antes mesmo deste processo de re-encantamento, as narrativas convencionais do mundo letrado, sempre tiveram um certo encantamento pelo “outro”. Neste sentido, poderíamos elencar uma infinidade de reflexões sobre o “bom selvagem” (na esteira de Rousseau), ou ainda mencionar “outros” encantadores, tais como o “Oriente” na constituição do mundo ocidental (nos prolongamentos das seminais reflexões de Edward Saïd) ou, na modernização brasileira, as figuras do “caipira” (tematizada inicialmente por Antônio Cândido), do “sertanejo” antípoda do desenvolvimento nacional (ideia já presente em “Os sertões”, de Euclides da Cunha), do “sitiente” em oposição ao “cidadino”, do “pobre” face ao “rico”, mas, de modo mais específico, o que convém à análise deste tópico é o par antitético formado pelo “novo” em contraposição ao “velho”.

No desencantado mundo letrado, seja em sua dimensão técnico-administrativa e burocrática ou teórico-conceitual e acadêmica, abundam tentativas de assegurar a continuidade e permanência do que está hegemonicamente estabelecido, conforme discutiu Thomas Kuhn (1962) em seu esforço de explicação dos métodos de avanço científico. Porém, as formas insurgentes de manifestação em relação aos domínios hegemônicos exercem diversos fascínios e postulo, aqui, que na relação entre as diversas fases da vida, elas têm colocado em operação uma emoção difusa e duradoura que considero coletiva e denomino de “encantamento” por analogia ao sentido mágico-religioso do uso mais habitual do termo. Assim como a adoração, o encantamento está longe de ser uma das emoções que mais afetam as políticas dirigidas às jovens gerações no Brasil, mas este lugar secundário não invalida seu potencial heurístico. Deste modo, considero que um conjunto de iniciativas em direção ao público jovem materializa este encantamento na busca de parcerias com este público que, nesta perspectiva, é considerado como sendo um “ator estratégico”, como se depreende da afirmação de dirigentes da extinta Academia de

Desenvolvimento Social que, justificando a criação de um programa de apoio a iniciativas juvenis, afirmaram:

Os jovens são vistos como “público-alvo” das ações e não como atores e autores conscientes, parceiros no desenvolvimento social. Acreditando na juventude como uma força estratégica para promover mudanças na sociedade, idealizamos em 2002, o *Programa Incubadora Social para Ação Jovem*, criado, inicialmente, para apoiar e fortalecer jovens empreendedores sociais. (MORAES *et al.*, 2008, p. 08, itálico no original)

Em diferentes reflexões sobre o futuro nacional e planetário, a juventude figura como sendo um conjunto de atores resilientes que consegue se afirmar e se desenvolver mesmo tendo de enfrentar inúmeras dificuldades (BANCO MUNDIAL, 2007), o que foi devidamente analisado, por exemplo, por Souza e Arcaro (2008). Sob esta concepção, os jovens são tratados como agentes prioritários a engajar nos processos visando a alterar alguns aspectos da ordem social. Eles emergem como atores importantes para a melhoria de situações que ultrapassam suas próprias vidas. Neste caso, em vez de protegê-los, controlá-los ou transferir-lhes responsabilidades, alguns sujeitos enfatizam que é preciso se associar a eles para realizar as mudanças necessárias às melhorias das condições de vida do conjunto da população. Esta é uma diretriz comum ao discurso de atores internacionais atuantes no Brasil no período de institucionalização da política nacional de juventude, entre os anos 1990 e o princípio do século XXI, como atesta o trabalho de um então diretor da Fundação W. K. Kellogg (THOMPSON, 2006). Sob o título “Associar-se à juventude”, Thompson (2006) demonstra o encantamento que a juventude exerce sobre ele e sobre aqueles que, de algum modo, ele representa na expressão de suas preocupações com o futuro do país e com o equilíbrio de relações internacionais que permitam a manutenção da paz social e o desenvolvimento econômico em escala mundial. Estas preocupações – que não se confundem, de nenhum modo, com pretensões de igualdade de condições entre os diferentes grupos etários e economias nacionais –, representam um desdobramento de um discurso que antecede

muito a atuação do autor no território brasileiro.

Um antecedente importante deste processo de progressão da associação com os jovens para a promoção de mudanças sociais, pode ser apontado a partir da iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) de definir (ao final dos anos 1970) que o ano de 1985 seria o “Ano Internacional da Juventude” e acrescentar à denominação desta efeméride o sub-título de “Participação, Desenvolvimento e Paz”. O sub-título escolhido pela ONU associa a participação dos jovens às ideias de desenvolvimento e de paz, tentando produzir uma imagem positiva destes indivíduos. Isto resulta a um só tempo dos efeitos de uma nova crise econômica e do *boom* demográfico previsto para o início dos anos 2000. Este discurso foi rapidamente tomado por alguns jovens e por suas organizações, como a Organização Ibero-Americana de Juventude (LEÃO, 2012), que passaram então a tratar a participação dos jovens na formulação de medidas (leis, estudos e ações) dirigidas a eles como palavra de ordem em suas reivindicações. Em nível local, as iniciativas de parceria com a juventude também frutificaram, podendo citar apenas a título de exemplo o relato feito por Moraes, Lucena, Wenceslau, Lyra e Macêdo (2008), a partir de casos que acompanharam em Pernambuco. Alguns dos atores envolvidos neste encanto de busca pela parceria com a juventude ganharam lugares importantes em fundações empresariais, organismos internacionais e administrações públicas nacionais de todos os níveis da federação brasileira.

Com isto, percebemos que organismos internacionais atuantes no Brasil, organizações juvenis internacionalistas e jovens do mundo empresarial produziram convergência para a repercussão de um suposto potencial positivo dos jovens para a transformação social pacífica e o desenvolvimento econômico em escala mundial. Sem grandes desenvolvimentos analíticos, conceituais ou explicativos em seus pronunciamentos e publicações, estas organizações e muitos de seus membros seguem encantados com este potencial que continuam a difundir.

Ante o exposto, espero ter demonstrado que aquilo que inicialmente não era exatamente uma reivindicação juvenil se tornou uma importante plataforma de atuação política de parte da própria juventude. A ideia de que nada

deve ser decidido sobre jovens sem sua participação corou um processo que se iniciou por circunstâncias muito pouco conhecidas pelos próprios jovens e que aqui tentei descrever em termos de encantamento de outros segmentos etários com o potencial – mal conhecido e misteriosamente admirado – de contribuição destes “atores estratégicos” para a consolidação de mudanças sociais que vão muito além deles mesmos.

4. Considerações finais

A carência de “estudos que reconstituam os modos como foram concebidas as ações públicas destinadas aos jovens”, apontada por Sposito e Carrano (2003, p. 18), foi bastante reduzida com a multiplicação destas políticas no início do século XXI. Porém, a concepção de “política pública” que atravessa muitas investigações acerca do tema se restringe às políticas de Estado ou a iniciativas governamentais que não têm garantia de continuidade após mudanças de governo. Considerando apenas essa perspectiva de ação estatal ou governamental, o Brasil avançou bastante na sistematização de medidas em benefício de jovens, conforme analisam Pinheiro, Ribeiro, Venturi e Novaes (2016), bem como Ribeiro e Macedo (2018). Neste sentido, vale reproduzir os elementos destacados na mais recente destas produções:

É possível afirmar que, no Brasil, as políticas de juventude vivenciaram um período importante de afirmação. O período foi marcado pela construção de uma significativa institucionalidade no campo das políticas públicas de juventude, com a criação de centenas de órgãos governamentais municipais e estaduais, evidenciando avanços na construção de um apoio visível na proteção social e no bem-estar dos jovens, acompanhando um ciclo de desenvolvimento das políticas públicas sociais e de construção da cidadania no país. São visíveis, também, avanços expressivos no âmbito da legislação, como a inclusão do termo “jovem” no texto da Constituição Federal, em 2010 (emenda constitucional n.º 65); a aprovação do Estatuto da Juventude (LEI N.º 12.852/2013); a realização das Conferências Nacionais sobre Juventude (2008, 2011 e 2015); a elaboração e o monitoramento de planos

e programas; a realização de pesquisas nacionais com diagnósticos mais precisos sobre esse segmento; e o desenvolvimento de centros de informação juvenil e portais na Internet, empregados com frequência para apoiar e implementar os esforços, muitas vezes dispersos, propostos nas políticas desta esfera. (RIBEIRO; MACEDO, 2018, p. 109)

No entanto, a revisão de literatura permite apontar que ainda são poucos os estudos diagnósticos da eficácia das políticas governamentais e estatais desenvolvidas nesta área.

Considerando a ampla perspectiva de “política pública”, majoritariamente empregada neste texto, também é possível perceber a permanência da preocupação com a juventude entre agentes sociais tradicionalmente engajados no debate sobre as políticas públicas; caso de partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e organizações religiosas que mantêm o interesse pela formação de novos “quadros” em suas “fileiras”. Não apenas nos momentos planejados por governos para garantir a participação popular na discussão e análise de políticas públicas, mas provavelmente em todo o ciclo destas políticas em benefício de jovens há organizações sociais não-estatais envolvidas. Há ainda uma série de ações desenvolvidas por este tipo de organização que é perfeitamente classificável na perspectiva de “políticas públicas”.

Nesta ampla concepção do tema, o surgimento das políticas públicas de juventude poderia remontar aos primórdios da atuação da Igreja na organização social do Novo Mundo. Porém, a análise aqui presente está baseada no período de 2005 a 2015, que Ribeiro e Macedo (2018) definem como “ciclo de políticas públicas de juventude no Brasil” porque se trata do período onde, segundo as autoras, este tipo de política mais cresceu. Ao longo deste texto, tentei demonstrar, especialmente ao tratar de adoração e encantamento, que este “ciclo” não se completa sem a consideração de fortes impactos da atuação de organizações não-estatais no processo de planejamento e execução destas políticas. Além disso e, principalmente, tentei sistematizar a reflexão sobre três emoções que têm definido metas, estruturado ações e se materializado em diferentes atividades realizadas por organizações públicas e privadas sob a intenção declarada de gerar ou ampliar benefícios na vida de jovens brasileiros.

O medo é certamente a emoção que mais afeta as políticas de juventude no âmbito governamental, mas a adoração e o encantamento – que influenciaram prioritariamente ONGs, fundações empresariais e organismos internacionais – também afetaram o desenvolvimento de alguns programas governamentais e a participação de jovens na vida pública.

À guisa de conclusão, sintetizo esta reflexão no quadro a seguir:

Emoção	Meta	Ação	Exemplos de atividades
Medo	Contenção	Educação, saúde e lazer	Escolarização formal
			Desenvolvimento físico (desportos e controles de saúde)
		Segurança pública	Instalação e manutenção de equipamentos de lazer
Adoração	Transferência	Protagonismo juvenil	Medidas ditas de ressocialização e sistema prisional
			Educação entre pares; financiamento de projetos exclusivamente juvenis
Encantamento	Parceria	Associativismo	Iniciativas que tomam pessoas jovens como “atores estratégicos”

Quadro 1: Encadeamento da emoção à ação nas políticas analisadas.

Fonte: Elaboração própria.

Não tive a pretensão de esgotar a análise das três emoções que apresentei neste texto e, estando absolutamente ciente de que muitas outras emoções afetam esta história, espero ter contribuído para ratificar que não são apenas aspectos racionais dedutivos que afetam as políticas dirigidas a jovens, mas também um conjunto de fatores afetivo-emocionais interferem no processo em questão. Ademais, declaro que este texto também não carrega pretensões normativas de referendar ou negar qualquer elemento do quadro de emoções tematizadas, mas decorre da intenção analítica de refletir como tais emoções e metas influenciam diversas ações que podemos considerar como sendo do campo das políticas públicas na ampla perspectiva referida.

Dito isto, encerro com a simples constatação de que – além de saberes, técnicas e interesses – há sentimentos, emoções e afetos operando no ciclo das políticas públicas de juventude no Brasil. Estes elementos vêm sendo negados em muitas análises sobre o tema ou, no máximo, são enfocados em uma perspectiva subjetivista e psicologizante da dimensão afetiva. Em contraponto, tentei demonstrar que há importantes chaves analíticas objetivas e credoras de outras ciências que podem ser utilizadas para tentar compreender, por exemplo, por que valores religiosos têm se tornado tão significativos neste ciclo de políticas públicas de juventude.

Referências

- ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 5-6. São Paulo: ANPED, 1997. p. 25-36.
- ANDRADE, Sergio; PAULA, Gabriela R. de. **Guia de Políticas Públicas Municipais de Juventude**. Santos: Escola Cidade Sustentável, 2013.
- AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. In: AQUINO, Luseni; CASTRO, Jorge A. de. (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009, p. 9-31.
- BANCO MUNDIAL. **Vozes Jovens**; um Olhar das Organizações e Movimentos de Juventude sobre o Brasil do Século XXI. Brasília: Banco Mundial, 2007.
- BARBOSA, Lia P. Educación y lucha autonómica en la Voz Zapatista: aportes de la Pedagogía del Sentir-Ser, Sentir-Pensar, Sentir-Saber. **Revista Educación y Cultura**, 105, 2014. p. 21-27.
- _____. Estética da resistência. **Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado**, 9(23), 2019. p. 29-62.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [1999].
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999 [1988].
- BONFIM, Waneska. **Sustentabilidade nas ONGs: da militância política ao**

desenvolvimento institucional. Curitiba: Prismas, 2015.

BRANDÃO, Marcílio D. **La “politique de jeunesse” sous le signe de la participation populaire**. Mémoire (Master Sociologie Générale) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris: EHESS, 2011.

_____. Da “moratória” à condição juvenil: estudos recentes acerca dos jovens no Brasil. **Entrelugares**: revista de sociopoética e abordagens afins. Vol. 4, n. 1, 2012. p. 1-12.

_____. Ciclos de atenção à maconha no Brasil. **Revista da Biologia**, v. 13, 2014. p. 1-10.

_____. Medo, fetiche e espetacularização na política de juventude em Pernambuco. **Estudos de Sociologia** (Recife), v. 1, 2016. p. 145-182.

_____. **Dito, feito e percebido**: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha. Tese [Doutorado em Sociologia]. Recife: UFPE e EHESS, 2017.

_____; BONFIM, Wanessa. **Diagnóstico Casas das Juventudes**. Relatório. Recife: Etapas / Secretaria Estadual da Criança e da Juventude de Pernambuco, 2013.

_____; _____. (Org.). **Diagnóstico sobre drogas em Jaboatão dos Guararapes**: relatório final. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Protagonismo juvenil**: caderno de atividades. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude. **Relatório Preliminar**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

_____. Presidência da República. **Lei 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 05 out. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de

IST, Aids e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico**. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2017.

CASTEL, Robert. **La montée des incertitudes**. Travail, protections, statut de l'individu. Paris: Seuil, 2009.

CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma de se fazer políticas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 19(2), 2002. p. 19-46.

CASTRO, Rafael dos Santos. Os afetos (affectus) na Ética de Benedictus de Spinoza. In: FRAGOSO, Emanuel Angelo da Rocha; LIMA, Francisca Juliana Barros Sousa. **Olhares ético e político sobre a filosofia de Benedictus de Spinoza**. Fortaleza: EdUECE, 2016. p. 59-72

CAVALCANTE, Glauber Holanda. De vir affectio: a afecção humana segundo a Ética de Baruch Spinoza. In: FRAGOSO, Emanuel Angelo da Rocha; LIMA, Francisca Juliana Barros Sousa. **Olhares ético e político sobre a filosofia de Benedictus de Spinoza**. Fortaleza: EdUECE, 2016. p. 73-92

CHAUÍ, Marilena. **Espinoza** (Os Pensadores). Seleção de textos de Marilena Chauí; traduções por Marilena Chauí *et al.* 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. **Espinoza: Uma filosofia da liberdade**. São Paulo: Moderna, 1995.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. 1996. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. São Paulo: Modus Faciendi e Fundação Odebrecht.

COUTO, Mia. **Murar o medo**. Pronunciamento. 2ª Conferência do Estoril. Cascais: Estoril Conferences, 2011. Disponível em: <https://www.estorilconferences.org/pt/archive/2011/speakers/mia-couto-ce-2011>. Acesso em: 5 out. 2019.

DAMÁSIO, António R. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1994].

DEBERT. Guita G. A cultura adulta e juventude como valor. **XXVIII Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: Anpocs, 2004. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-28-encontro/st-5/st13-4/3991-gdebert-a-cultura/file>. Acesso em: 5 out. 2019.

DELEUZE, Gilles. **Cursos de Gilles Deleuze Sobre Spinoza**. Vincennes, 1978-1981.

Tradução, seleção e introdução de Emanuel Angelo da Rocha Fragoso, Hélio Rebello Cardoso Jr. *et al.* Fortaleza: EdUECE, 2009.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998 [1996].

DELUMEAU, Jean. **La Peur en Occident** (XIVe-XVIIIe siècles). Paris: Fayard, 1978.

DEWEY, John. **Democracy and Education**. The Middle Works, vol. 2. SIU Press, 1976 [1916].

_____. **Human nature and conduct**. New York: Dover, 1922.

_____. O desenvolvimento do pragmatismo americano. **Sci. stud.** Vol. 5, n. 2. São Paulo, abr./jun. 2007 [1922]. p. 227-243.

_____. **The Public and Its Problems**. New York: Henry Holt and Co., 1927. [citado a partir de edição francesa: *Le public et ses problèmes*. Paris: Gallimard (collection Folio Essais), 2010.]

_____. Philosophy's Search for the Immutable. From the quest for certainty. In: _____. **The essential Dewey**, vol. I – Pragmatism, education, democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998 [1929]. p. 102-112.

_____. Context and Thought. In: _____. **The essential Dewey**, vol. I – Pragmatism, education, democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998 [1931]. p. 206-216.

_____. **Logique**. La théorie de l'enquête. Paris: PUF, 1993 [1938].

FALS-BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina** (antología). Bogotá, Colombia: Siglo del Hombre, 2008.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, v. 13. 2005 [1990], p. 155-161.

FREIRE FILHO, João. Novas perspectivas para o estudo da relação entre discursos midiáticos, juventude e poder. In: **Revista Eletrônica da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** (Compós). Vol. 6. 2006. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/82/82>>. Acesso em: 11 março 2011.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011 epub [1995].

JAMES, William. What is an Emotion? **Mind**, v. 9, n. 34. Abril, 1884. p. 188-205.

KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LEÃO, Renato Z. R. **O Brasil e a Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens**. Madrid: OIJ, UNFPA, 2012.

LeDOUX, Joseph. Unconscious and conscious contributions to the emotions and cognitive aspects of emotions: a comment on Scherer's view of what an emotion is. **Social Science Information**, v. 46. 2007. p. 395-407

LIMA, Anselmo. Desenvolvimento da afetividade, das emoções e dos sentimentos humanos no (e fora do) trabalho: uma questão de saúde coletiva e segurança pública. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 24, n. 3. 2015. p.869-876.

LIVET, Pierre. **Émotions et rationalité morale**. Paris: PUF, 2002.

LYRA, Mariana B. **Política pública de juventude: avanços, desafios e limites de seu desenvolvimento no território**. Dissertação [Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável]. Recife: UPE, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global, 1984 [1848].

MEAD, George H. **The Philosophy of the Act**. MORRIS, C. W. (ed.). Chicago: University of Chicago Press, 1938.

MENDES, Juliana T. N. **O projeto de vida dos jovens pobres na vivência do tempo presente**. Dissertação [Mestrado Serviço Social]. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

MIRANDA, Gabriella M. D.; MENDES, Antonio da C. G.; SILVA, Ana Lucia A da. Envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. Rio de Janeiro: **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, v. 19, n. 3, 2016. p. 507-519.

NOVAES, Regina R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel M. de; EUGENIO, Fernanda (org.) **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 105-120.

_____. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: FAVERO, Osmar *et al.* **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 253-281.

_____; CARA, Daniel T.; SILVA, Danilo M. da; PAPA, Fernanda de C. **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude / Fundação Friedrich Ebert, 2006.

OLIVEIRA, Márcia B.; SILVA, Neuza M. da; TEIXEIRA, Karla M. D. Transferências financeiras: os idosos como suporte econômico familiar. **Anais XIII Jornada de Ensino Pesquisa e Extensão** – JEPEX 2013. Recife: UFRPE, 2013.

PAIS, José Machado. **Ganchos, Tachos e Biscates**. Jovens, Trabalho e Futuro. Porto: Ambar, 2001.

PERNAMBUCO, Governo de. **Lei 13.608**, de 31 de outubro de 2008. Aprova o Plano Estadual de Juventude e dá outras providências. Recife: Governo de Pernambuco, 2008.

PINHEIRO, Diógenes; RIBEIRO, Eliane; VENTURI, Gustavo; NOVAES, Regina. **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Unirio, 2016.

POLSTER, Erving; POLSTER, Miriam. **Gestalt-terapia integrada**. São Paulo: Summus, 2001.

QUÉRÉ, Louis. Le travail des émotions dans l'expérience publique. In: CEFAÏ, Daniel, TERZI, Cédric (dir.). **L'expérience des problèmes publics**. Paris: Éditions de l'EHESS, 2012. p. 135-162.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. **Plano Municipal de Juventude**. Lei Municipal 18.279/2016. Recife: PCR, 2016. Disponível em: http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/plano_municipal_juventude_fnal.pdf. Acesso em: 5 out. 2019.

REEVE, Johnmarshall. **Motivação e emoção**. Rio de Janeiro: LTC, 2006 [1991].

RIBEIRO; Eliane; MACEDO, Severine. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Revista de Ciências Sociais**, DS-FCS, v. 31, n. 42, 2018. p. 107-126.

RUSSO, Jane A.; PONCIANO, Edna L. T. O sujeito da neurociência: da naturalização

do homem ao re-encantamento da natureza. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 12 (2), 2002. p. 345-373.

SANTOS, Rodrigo P. dos. **Mente vazia, oficina do diabo**: um estudo sobre jovens diagnosticados com transtorno de conduta num ambulatório público de saúde mental em Santa Cruz-RJ. Dissertação [Mestrado Psicologia Social]. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

SANTOS, Anselmo L. dos; GIMENEZ, Denis M. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos avançados**, v. 29, n. 85, 2015. p. 153-168.

SERAFIM, Milena P.; DIAS, Rafael B. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 1, jan/jun 2012, p.121-134.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a ser e a conviver**. São Paulo: FTD / Fundação Odebrecht, 1999.

SILVA, Thaís G. da. **Protagonismo na adolescência**: a escola como espaço e lugar de desenvolvimento humano. Dissertação [Mestrado Educação]. Curitiba: UFPR, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, 2006. p. 20-45.

SOUZA, Regina M. 2008. **O discurso do protagonismo juvenil**. São Paulo: Paulus. ____; ARCARO, Nicolau T. O Banco Mundial e o investimento na juventude brasileira. **Revista Psicologia Política**, 8(16), 2008. p. 251-270.

SPOSITO, Marília P. **Espaços públicos e tempos juvenis**: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, Ação Educativa, Fapesp, 2007.

____; SILVA, Hamilton H. de C.; SOUZA, Nilson A. de. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006. p. 238-257

TOMMASI, Livia De. Um olhar sobre as experiências de políticas públicas de juventude na América Latina. **Revista Brasileira de Educação**, 25, 2004. p. 177-181.

____. Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. **Passagens**. Revista

Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 6, n. 2, mai-ago. 2014, p. 287-311

_____. **Jovens, políticas públicas e liberdade.** Online, 2017. Disponível em: < https://www.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/11208_JOVENS+POLITICAS+PUBLICAS+E+LIBERDADE>. Acesso em: 02 jul. 2019.

TRAIÑI, Cristophe (ed.). **Émotions... Mobilisation!** Paris: Presses de Sciences Po, 2009.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas no Brasil: dilemas teóricos e alternativas políticas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 12, n. 35, São Paulo, 1997.

Recebido: 28/10/2019

Aceito: 31/10/2019